



TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS COMUNS, LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa Registro de Preços para a futura e eventual contratação de serviços laboratoriais clínicos destinados à realização de exames de análises clínicas, com a finalidade de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pacaraima, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos., conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$6.284.878,2480 (seis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	20184 - HC - HEMOGRAMA COMPLETO	UND	12.000	R\$ 62,5000	R\$ 750.000,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 12.000,00 Valor Total R\$ 750.000,0000				
2	30010 - GLI - GLICOSE JEJUM	UND	9.600	R\$ 17,7650	R\$ 170.496,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 9.600,00 Valor Total R\$ 170.496,0000				
3	9040 - EAS - URINA TIPO I	UND	6.000	R\$ 45,8000	R\$ 274.800,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 274.800,00				
4	21571 - COL - COLESTEROL TOTAL	UND	6.000	R\$ 18,0000	R\$ 108.000,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 108.000,0000				
5	30103 - TRI - TRIGLICERÍDEOS	UND	6.000	R\$ 19,0000	R\$ 114.000,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 114.000,0000				
6	21598 - CRE - CREATININA	UND	4.200	R\$ 17,8471	R\$ 74.957,8200
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 4.200,00 Valor Total R\$ 74.957,8200				
7	21580 - URE - URÉIA	UND	4.200	R\$ 25,6075	R\$ 107.551,5000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 4.200,00 Valor Total R\$ 107.551,5000				
8	8559 - TGP - TRANSAMINASE PIRUVICA (TGP)	UND	4.200	R\$ 20,0000	R\$ 84.000,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 4.200,00 Valor Total R\$ 84.000,0000				
9	30157 - TGO - TRANSAMINASE OXALACÉTICA	UND	4.200	R\$ 19,5000	R\$ 81.900,0000



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAÍMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 4.200,00 Valor Total R\$ 81.900,0000				
10	21601 - ACU - ÁCIDO ÚRICO	UND	4.200	R\$ 19,9500	R\$ 83.790,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 4.200,00 Valor Total R\$ 83.790,0000				
11	16420 - EPF - PARASITOLÓGICO DE FEZES	UND	3.600	R\$ 5,0000	R\$ 18.000,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 3.600,00 Valor Total R\$ 18.000,0000				
12	8494 - VDRL	UND	3.600	R\$ 13,9600	R\$ 50.256,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 3.600,00 Valor Total R\$ 50.256,0000				
13	30144 - LDL - COLESTEROL LDL	UND	6.000	R\$ 24,5450	R\$ 147.270,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 147.270,0000				
14	30175 - HDL - COLESTEROL HDL	UND	6.000	R\$ 28,5750	R\$ 171.450,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 171.450,0000				
15	8362 - ABO - GRUPO SANGUÍNEO ABO/RH	UND	3.600	R\$ 6,2000	R\$ 22.320,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 3.600,00 Valor Total R\$ 22.320,0000				
16	30153 - HBA1C - HEMOGLOBINA GLICOSILADA	UND	6.000	R\$ 57,8300	R\$ 346.980,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 346.980,00				
17	30152 - FAL - FOSFATASE ALCALINA	UND	3.600	R\$ 81,5000	R\$ 293.400,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 3.600,00 Valor Total R\$ 293.400,0000				
18	30166 - BILTF - BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	UND	6.000	R\$ 49,9000	R\$ 299.400,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 299.400,0000				
19	20737 - TOXG - TOXOPLASMOSE IGG ANTICORPOS	UND	9.600	R\$ 65,8860	R\$ 632.505,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 9.600,00 Valor Total R\$ 632.505,0000				
20	TOXM - TOXOPLASMOSE IGM ANTICORPOS	UND	9.600	R\$ 63,2383	R\$ 607.087,6800
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 9.600,00 Valor Total R\$ 607.087,6800				
21	30091 - BHCG - BETA HCG (Qualitativo)	UND	7.200	R\$ 39,0000	R\$ 280.800,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Quantidade: 7.200,00 Valor Total R\$ 280.800,0000				
22	30096 - GGT - GAMA GLUTAMILTRANSFER	UND	6.000	R\$ 32,0000	R\$ 192.000,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 6.000,00 Valor Total R\$ 192.000,0000				
23	30161 - FSH - HORMÔNIO FOLÍCULO ESTIMULANTE	UND	720	R\$ 40,9283	R\$ 29.468,3760
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 29.468,3760				
24	30160 - CTABU - UROCULTURA	UND	720	R\$ 12,0000	R\$ 8.640,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 8.640,0000				
25	5487 - ESTR - ESTRADIOL	UND	720	R\$ 56,9900	R\$ 41.032,8000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE				



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 41.032,8000				
26	LH - HORMÔNIO LUTEINIZANTE	UND	720	R\$ 44,2991	R\$ 31.895,3520
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 31.895,3520				
27	PROGE - PROGESTERONA	UND	600	R\$ 63,5150	R\$ 38.109,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 38.109,0000				
28	PROLA - PROLACTINA	UND	600	R\$ 64,2400	R\$ 38.544,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 38.544,00				
29	30102 - TTPA - TEMPO DE TROMBOPLASTINA	UND	600	R\$ 15,2475	R\$ 9.148,5000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 9.148,5000				
30	30101 - TAP - TEMPO DE PROTROMBINA	UND	600	R\$ 40,9500	R\$ 24.570,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 24.570,0000				
31	LEISH - LEISHMANIA - PESQUISA	UND	600	R\$ 67,8650	R\$ 40.719,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 40.719,0000				
32	RUBM - RUBÉOLA IgM	UND	600	R\$ 67,0000	R\$ 40.200,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 40.200,0000				
33	RUBG - RUBÉOLA IgG	UND	600	R\$ 65,6200	R\$ 39.372,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 39.372,0000				
34	CMM - CITOMEGALOVIRUS IgM	UND	600	R\$ 65,8029	R\$ 39.481,7400 0
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 39.481,7400				
35	CMG - CITOMEGALOVIRUS IgG	UND	600	R\$ 64,2200	R\$ 38.532,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 38.532,0000				
36	25348 - PSAL - PSA	UND	1.200	R\$ 50,5000	R\$ 60.600,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1.200,00 Valor Total R\$ 60.600,0000				
37	TSH	UND	2.400	R\$ 39,2275	R\$ 94.146,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 2.400,00 Valor Total R\$ 94.146,0000				
38	30173 - T3L - T3 LIVRE	UND	2.400	R\$ 36,0000	R\$ 86.400,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 2.400,00 Valor Total R\$ 86.400,0000				
39	30155 - T4L - T4 LIVRE	UND	2.400	R\$ 36,0000	R\$ 86.400,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 2.400,00 Valor Total R\$ 86.400,00				
40	30158 - Prev - PREVENTIVO	UND	600	R\$ 81,0000	R\$ 48.600,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 48.600,0000				
41	30165 - VITAMINA D	UND	3.600	R\$ 31,3255	R\$ 112.869,000 0
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 3.600,00 Valor Total R\$ 112.869,0000				
42	HBSAG	UND	720	R\$ 54,3425	R\$ 39.126,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 39.126,0000				
43	ANTI HCV	UND	720	R\$ 47,0000	R\$ 33.840,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 33.840,0000				
44	HEPATITE A IGG	UND	720	R\$ 49,5000	R\$ 35.640,0000



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACARAIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 35.640,00				
45	30154 - HEPATITE A IGM	UND	720	R\$ 49,0000	R\$ 35.280,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 35.280,00				
46	30100 - ASLO	UND	720	R\$ 21,2300	R\$ 15.285,6000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 15.285,6000				
47	30124 - LATEX	UND	720	R\$ 16,0733	R\$ 11.572,7760
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 720,00 Valor Total R\$ 11.572,7760				
48	30138 - PCR	UND	600	R\$ 28,3000	R\$ 16.980,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 16.980,00				
49	30090 - AMILASE	UND	600	R\$ 48,7700	R\$ 29.262,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 29.262,0000				
50	LIPASE	UND	600	R\$ 58,1400	R\$ 34.884,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 34.884,0000				
51	30168 - VITAMINA B12	UND	3.600	R\$ 15,0000	R\$ 54.000,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 3.600,00 Valor Total R\$ 54.000,0000				
52	30169 - FERRITINA	UND	600	R\$ 27,7627	R\$ 16.657,6200
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 16.657,6200				
53	30108 - SÓDIO	UND	600	R\$ 17,8300	R\$ 10.698,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 10.698,0000				
54	30107 - POTÁSSIO	UND	600	R\$ 21,1000	R\$ 12.660,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 12.660,0000				
55	27804 - INSULINA	UND	600	R\$ 42,6600	R\$ 25.596,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 25.596,0000				
56	30111 - CÁLCIO	UND	600	R\$ 44,9827	R\$ 26.989,6200
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 26.989,6200				
57	30109 - MAGNESIO	UND	600	R\$ 49,0200	R\$ 29.412,0000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 600,00 Valor Total R\$ 29.412,0000				
58	TESTOSTERONA LIVRE	UND	1.080	R\$ 6,8700	R\$ 7.419,6000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1.080,00 Valor Total R\$ 7.419,6000				
59	30232 - TESTOSTERONA TOTAL	UND	1.080	R\$ 6,8700	R\$ 7.419,6000
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 1.080,00 Valor Total R\$ 7.419,6000				
60	30104 - VHS	UND	816	R\$ 12,2333	R\$ 9.982,3728
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 816,00 Valor Total R\$ 9.982,3728				
61	30150 - CORTISOL	UND	816	R\$ 15,2207	R\$ 12.420,0912
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria Municipal de Saúde Quantidade: 816,00 Valor Total R\$ 12.419,52				
Valor Total				R\$ 6.284.878,2480	

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



- 3.1. A Prefeitura Municipal de Pacaraima enfrenta um significativo desafio relacionado ao acesso dos cidadãos de Pacaraima a exames laboratoriais. A carência desses serviços essenciais impacta diretamente no diagnóstico e no acompanhamento de diversas condições de saúde, comprometendo a eficácia do sistema de saúde pública local. Esta situação é agravada pela limitação de infraestrutura e recursos disponíveis, que impede a população de obter os exames necessários para a detecção precoce e o monitoramento adequado de patologias.

A sedentarização de serviços de saúde em áreas periféricas contribui para a ampliação das dificuldades enfrentadas pela população, resultando em atrasos no diagnóstico e tratamento de doenças que poderiam ser geridas mais eficientemente com um suporte laboratorial adequado. Além disso, essa lacuna gera consequências adversas para a saúde coletiva, uma vez que agrava as condições gerais de saúde da comunidade e aumenta a demanda por intervenções médicas mais complexas e custosas no futuro.

Destaca-se a relevância do atendimento a essa necessidade sob o ponto de vista do interesse público, dado que a promoção da saúde e prevenção de doenças são direitos fundamentais dos cidadãos. O acesso a exames laboratoriais adequados pode propiciar, não apenas a melhoria das condições de saúde individual e na qualidade de vida da população, mas também contribuir para a redução de gastos públicos em saúde a longo prazo. Portanto, a satisfação desta demanda é imperativa para a efetivação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e bem-estar da população de Pacaraima, reforçando a responsabilidade do município em garantir acesso a serviços básicos de saúde.

Diante do exposto, torna-se evidente que a implementação de soluções que atendam à demanda por exames laboratoriais é crucial para reverter o atual quadro de precariedade na saúde pública da região, assegurando assim a proteção e defesa dos interesses da comunidade local.

- 3.2. Mais detalhes quando a fundamentação da presente contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 4.1. A Prefeitura Municipal de Uiramutã optou pela não elaboração do Plano Anual de Contratações, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A escolha da solução de implementar um ponto de coleta fixo no município de Pacaraima, assim como a disponibilização de uma caminhonete adequada para coletas a domicílio, é fundamentada em aspectos técnicos e operacionais que visam a melhoria do acesso a exames laboratoriais pela população local. O desempenho esperado dessas medidas está atrelado à criação de um ambiente propício para o diagnóstico precoce e acompanhamento efetivo das patologias, fator essencial para a promoção da saúde pública.
- 5.2. Em termos de compatibilidade e facilidade de implementação, a estrutura de um ponto de coleta fixo oferece uma infraestrutura mínima necessária para a realização dos procedimentos laboratoriais. Isso garante um controle de qualidade nas coletas, com materiais e equipamentos adequados, seguindo normas sanitárias estabelecidas. Além disso, a presença de profissionais capacitados na equipe assegura que os procedimentos sejam realizados com eficiência, reduzindo possíveis erros e garantindo a segurança dos pacientes. A implementação



da caminhonete possibilita a mobilidade dos coletores, atingindo áreas mais distantes e garantindo que populações vulneráveis tenham acesso aos serviços de saúde.

- 5.3. Os benefícios operacionais dessa proposta são diversos. A manutenção e suporte da infraestrutura são favorecidos pela centralização dos esforços num único ponto, reduzindo custos operacionais e facilitando a logística. Com uma equipe treinada e fixa em um local específico, há uma maior facilidade na administração dos recursos humanos, além de promover a criação de vínculos entre a equipe de saúde e a comunidade, essencial para a valorização do atendimento. Essa abordagem permite também a escalabilidade da solução, podendo ser adaptada conforme a demanda pelos serviços aumente, sem comprometer a qualidade do atendimento.
- 5.4. Do ponto de vista econômico, a proposta apresenta um excelente custo-benefício. A redução de gastos com transporte público e a diminuição do deslocamento da população para outras cidades para a realização de exames representam uma economia significativa para os cidadãos de Pacaraima. O investimento na infraestrutura local e nos profissionais qualificados gera retorno em termos de saúde pública, uma vez que diagnósticos mais rápidos podem resultar em intervenções precoces e redução de complicações de doenças. Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos cidadãos, mas, ao longo do tempo, pode resultar em uma diminuição das despesas públicas com tratamentos de condições avançadas.
- 5.5. Portanto, a adoção dessa solução não se restringe a atender uma demanda imediata, mas visa estabelecer um sistema sustentável e eficiente de prestação de serviços de saúde. A implementação do ponto de coleta fixo, aliada ao transporte para coletas domiciliares, não só amplia o acesso a exames laboratoriais, mas também fortalece a prevenção e o monitoramento de doenças, refletindo diretamente no bem-estar da população e no aprimoramento da saúde pública local.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A presente proposta visa a definição dos requisitos para a contratação de serviços de exames laboratoriais para atender a população de Pacaraima, tendo em vista as dificuldades de acesso e a necessidade de melhorias no diagnóstico e acompanhamento de patologias que afetam a saúde pública local. Os requisitos a seguir foram elaborados com o intuito de garantir a efetividade da solução contratada, proporcionando alinhamento às necessidades específicas da Prefeitura Municipal de Pacaraima.

Requisitos da Solução Contratada:

1. A empresa contratada deve possuir registro ou habilitação regular junto aos órgãos de vigilância sanitária competentes, assegurando a conformidade com as normas sanitárias vigentes.
2. Os exames laboratoriais oferecidos devem ser realizados em laboratórios credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou similares, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos resultados.
3. A oferta deve incluir um mínimo de 60 tipos diferentes de exames laboratoriais comuns, abrangendo áreas como hematologia, bioquímica, microbiologia e imunologia, atendendo às principais demandas da população.
4. O prazo máximo para entrega dos resultados dos exames deve ser de até 48 horas após a



- coleta, de modo a permitir um diagnóstico rápido e eficaz.
5. A solução deve incluir a disponibilização de profissionais habilitados para a realização das coletas, com formação específica na área da saúde e capacitação comprovada na execução de procedimentos laboratoriais.
6. A empresa deve garantir atendimento local em Pacaraima, através de unidades móveis e fixa ou parcerias com estabelecimentos locais, visando facilitar o acesso aos cidadãos.
7. O serviço deve oferecer suporte técnico para esclarecimento de dúvidas sobre os exames e resultados, por meio de atendimento telefônico ou virtual, com resposta em até 24 horas.
8. Deve haver um plano de ação para gestão de insumos e equipamentos, assegurando a continuidade dos serviços mesmo em situações de crise ou alta demanda.
9. A contratada deve apresentar evidências de protocolos de controle de qualidade, incluindo participação em programas de avaliação externa de qualidade de laboratórios reconhecidos.

Esses requisitos têm como objetivo garantir a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a efetividade na prestação dos serviços de exames laboratoriais à população de Pacaraima.

7. DA VISTORIA

- 7.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

- 8.1. Juntamente com a proposta de preços, o Licitante deverá anexar Garantia de Proposta, como requisito de pré-habilitação, no montante de 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. A garantia visa garantir, qualquer que seja a modalidade escolhida:
- 8.2.1. uma vez convocado, não apresente sua proposta readequada ou qualquer documento relacionada a diligências na sua proposta;
- 8.2.2. se após devidamente convocado o licitante recusar-se a assinar de forma implícita ou explícita o instrumento contratual ou;
- 8.2.3. não apresentar seus documentos para contratação;
- 8.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 8.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133 de 2021.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.
- 9.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 9.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 9.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:
- 11.1.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;
- 11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.
- 11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;
- 11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no **ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento econômico e social.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.1. O objeto do presente termo de referência é enquadrado como contínuo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme descrito em Estudo Técnico Preliminar.
- 12.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 12.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO] .

Forma de execução

- 13.2. O serviço objeto será **PARCELADO**.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e



previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

- 14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos serviços ofertados, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias e prazo de execução dos serviços.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - 15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - 15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - 15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
 - 15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
 - 15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
 - 15.1.10. Registro no Conselho Regional de farmácia - CRF;
 - 15.1.11. Alvara Sanitário ;
 - 15.1.12. Alvara de Funcionamento;
- 15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**
 - 15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



- 15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
 - 15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;
 - 15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:



- 15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.
- 15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



- 15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).
- 15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;
- 15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
 - 15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
 - 15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.
 - 15.4.2. Comprovação de aptidão para execução de objeto de complexidade operacional e, se for o caso, complexidade tecnológica, equivalente ou superior com o desta contratação, ou com o item pertinente de seu interesse, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - 15.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão comprovar que a empresa, ou se for o caso, o profissional, executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente licitação ou com o item pertinente de seu interesse, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.
 - 15.4.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
 - 15.4.3.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
 - 15.4.3.3. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
 - 15.4.3.4. Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.



- 15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:
- 15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
 - 15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);
 - 15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 16.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 16.1.1. Início da execução do objeto: imediato, a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;
 - 16.1.2. Execução de exames laboratoriais, compreendendo as etapas de coleta, análise, emissão e entrega dos resultados, em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis, normas sanitárias vigentes e especificações definidas neste Termo de Referência;
 - 16.1.3. As coletas deverão ser realizadas tanto na unidade fixa quanto na unidade móvel, destinada ao atendimento das localidades de difícil acesso;
 - 16.1.4. Os exames deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, observadas as boas práticas laboratoriais e as normas técnicas aplicáveis;
 - 16.1.5. Os resultados dos exames deverão ser disponibilizados em meio físico e/ou eletrônico, conforme definido pela Administração;
 - 16.1.6. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os insumos, materiais, equipamentos e logística necessários à execução dos serviços, sem ônus adicional para a Administração.

Local e Horário da Prestação dos Serviços

- 16.2. Os serviços serão prestados no município de Pacaraima, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Materiais a serem disponibilizados

- 16.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 16.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
 - 17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 17.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



- 17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Uiramutã deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 20.2.1. o prazo de validade;
 - 20.2.2. a data da emissão;
 - 20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 20.2.5. o valor a pagar; e
 - 20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Pacaraima - RR, 19 de Janeiro de 2026

Helder Seixas Fernandes Amorin
Secretário Municipal de Saúde